

## A europeização da política de defesa

### Álvaro de Vasconcelos

A participação portuguesa nas operações de manutenção da paz na Bósnia-Herzegovina representou uma ruptura com a política de não envolvimento militar em conflitos europeus. A intervenção na Bósnia, a primeira de forças armadas portuguesas em território europeu desde a Primeira Guerra Mundial, foi um sinal aparentemente inequívoco da opção e comprometimento europeu de Portugal, inclusive no domínio da segurança. Como diria então o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, com a participação na Bósnia, «Portugal afirma-se como um país normal, um país que quer assumir um protagonismo responsável nas relações internacionais» .

A experiência considerada traumática da participação portuguesa na Grande Guerra viria a servir de cavalo de batalha ao salazarismo e de justificação à política de neutralidade nos chamados «conflitos continentais», as guerras europeias, como se verificou durante a segunda Guerra mundial. É verdade que Portugal foi membro fundador da Nato, em 1949, e que durante décadas as forças armadas portuguesas se exercitaram para a eventualidade de um confronto leste-oeste em solo europeu, particularmente em Itália na fronteira com a Jugoslávia, e dessa forma participaram na política de dissuasão. Mas também é verdade que o conflito entre a URSS e o ocidente era a guerra impensável, com um elevado grau de improbabilidade, e que o principal contributo português, a cedência da base das Lages, nos Açores, aos Estados Unidos, era compatível com a percepção de um não envolvimento militar directo. Por outro lado, para nos alhear mais do continente, até 25 de Abril de 1974, as missões das forças armadas portuguesas concentraram-se em África - longe pois do teatro europeu. Finda a guerra colonial, iniciou-se um longo período de normalização das relações político-militares e de redefinição do papel das forças armadas e da política de defesa que durou até o início dos anos 90.

No centro do debate sobre a redefinição da política de defesa esteve, nos anos 80, e ainda está hoje, de certa forma, a questão europeia. À política de preservação do império africano a todo o custo, tinha-se seguido nos sectores militares que predominavam na política de defesa um atlantismo exclusivista e, no caso do exército, um isolacionismo pouco consistente com o euro-atlantismo da política externa portuguesa desde 1976. A Espanha continuava a ser vista nalguns sectores como um potencial inimigo contra o qual a política de defesa portuguesa se devia acautelar, particularmente se nos integrássemos na Europa. O conceito estratégico de defesa nacional aprovado em 1985, nas vésperas da adesão à comunidade europeia, denunciava a «vulnerabilidade acrescida» que representava para Portugal essa adesão. A ideia da supranacionalidade, de soberania partilhada, de uma relação estreita com a Espanha e as outras potências europeias, coadunava-se mal com a ideologia nacionalista que predominava na política de defesa. Isto enquanto os partidos democráticos consideravam a adesão à Comunidade Europeia como uma opção essencial para a consolidação da própria democracia e para o desenvolvimento. Predominantes, então em alguns sectores militares, as concepções anti-europeias da política externa e de defesa não deixaram de atravessar as forças políticas democráticas e terem total aceitação no PCP.

A conferência intergovernamental que levou a Maastricht viria a revelar uma visão portuguesa da integração que apoiava a união económica e monetária mas excluía avanços significativos da política externa comum e a criação de uma política de defesa europeia. Portugal alinhou, então, as suas posições com os ingleses. A imagem de um Portugal atlantista que as posições portuguesas de então criaram ainda hoje perdura nalguns países europeus. Grande parte da elite portuguesa continuava a opor-se ao empenhamento militar em teatros que não fossem vistos como eminentemente ligados ao interesse nacional, na fase final da Segunda Guerra Mundial, posição de alinhamento sem intervenção directa tal como era por ela definido (a defesa do território e a cooperação militar com África). Persistia, nalguns sectores, uma atitude de isolacionismo, de alheamento da segurança europeia e de neutralidade colaborante – na linha da posição assumida. Esta posição manifestou-se de forma clara durante a guerra do Golfo em 1991. Desde o início do conflito a posição portuguesa era claramente alinhada com a coligação, mas do ponto de vista militar, como o ministro dos Negócios Estrangeiros de então, João de Deus Pinheiro, declarou, Portugal era um Estado «não beligerante» . Portugal cedeu facilidades nos Açores e em território nacional, mas não fez parte da coligação militar que esteve no Golfo. No entanto, por esta altura, começou uma transformação na atitude dos militares portugueses que, normalizadas as relações político-militares, procuravam uma nova razão de ser, uma participação nas missões do pós-guerra fria.

Defenderam, então, as forças armadas portuguesas, nomeadamente a força aérea, que um envolvimento directo dos militares portugueses na guerra do Golfo não era só possível como desejável. Ao mesmo

tempo, a normalização do comportamento internacional de Portugal iria levar as nossas forças armadas a participarem em operações de manutenção da paz das Nações Unidas. Tendo feito parte em 1958 na UNOGIL, grupo de observação no Líbano (United Nations Observer Group in Lebanon), Portugal só voltaria a participar de novo numa operação das Nações Unidas em 1989, quarenta anos depois, com 25 observadores militares e civis na supervisão do acto eleitoral na Namíbia. Participou em seguida na ONUMOZ, em Moçambique, e na UNAVEM II, na UNAVEM III e na MONUA, em Angola.

### **Bósnia: a viragem**

A desintegração da antiga Jugoslávia e as guerras que se seguiram confirmaram a tendência para a participação portuguesa em missões de paz não só em África mas também na Europa. Mas confirmaram também como perdurava ainda na cultura política de sectores influentes da elite portuguesa uma atitude soberanista e de alheamento em relação aos conflitos europeus. A cultura soberanista manifestou-se na simpatia que encontrou a posição sérvia, contra o direito à autodeterminação das repúblicas da antiga Jugoslávia, a par da enorme desconfiança em relação à política balcânica da Alemanha.

Aqui é bom recordar as teses do embaixador Franco Nogueira, para quem o fim da guerra fria teria como consequência a desintegração da União Europeia devido à vontade de hegemonia alemã. Não restava, a Portugal, segundo ele, se não assumir de novo o projecto atlântico e africano. Apesar de ter sido ministro de Salazar e ter continuado fiel a essa herança, os pontos de vista de Franco Nogueira continuaram a ter alguma influência. Para outros, o conflito nos Balcãs não implicava interesses portugueses significativos, pois Portugal pouco tinha «a ver com aquela realidade». No entanto, não só os meios de comunicação portugueses de qualidade deram destaque à questão da Bósnia, como a opinião pública portuguesa foi sensível à tragédia humanitária na Bósnia, e a maioria dos portugueses (56% em Junho de 1993) eram favoráveis a uma intervenção europeia no conflito.

Em 1992, no primeiro semestre, Portugal assume pela primeira vez a presidência do Conselho de Ministros da Comunidade Europeia. A presidência terá, paradoxalmente, consequências contraditórias sobre a política europeia de Portugal e sobre a atitude em relação à antiga Jugoslávia. Em relação à questão balcânica, a diplomacia portuguesa adopta uma atitude de neutralidade perante os beligerantes, que aliás foi também assumida por outros países europeus. A neutralidade não escondia, porém, uma certa simpatia pelos sérvios que, para além da sua identificação com a defesa da soberania, radica nas próprias vicissitudes da acção da presidência. Portugal nomeou um coordenador, o embaixador José Cutileiro, para a conferência presidida por Lord Carrington, que se ocupou principalmente da Bósnia. José Cutileiro foi o autor de um plano de divisão da Bósnia em três «unidades constituintes» predominantemente sérvia, «muçulmana» e croata, que viria a ser recusado pelos «muçulmanos», que defendiam um Estado bósnio unitário e multiétnico e se opunham à cantonização, que nas circunstâncias militares de então consideravam com razão um passo para a partilha e a criação da Grande Sérvia. Tal atitude nunca seria perdoada.

Com a presidência acelera-se, também, o processo de europeização da política externa portuguesa e uma atitude muito mais abertamente favorável a uma política externa e de segurança comum europeia. O governo português compreendeu que uma Europa com peso político era uma mais-valia para a política externa portuguesa em relação a África e à América Latina, e mesmo em relação a Timor. O Governo traçou como orientação da presidência a defesa de um equilíbrio entre a abertura a leste e a política em relação ao sul. Mas a componente sul era privilegiada em relação à componente leste, com a justificação de que do sul faziam parte seis países de língua portuguesa, entre os quais Angola, a braços com graves problemas de segurança, e Moçambique, a sair de uma guerra civil.

A assimilação das consequências internas da nova atitude perante a Europa política sobre o empenhamento militar português nas questões da segurança europeia levou tempo a fazer-se sentir.

Aníbal Cavaco Silva, o primeiro ministro durante a presidência de 1992, enquanto candidato às eleições presidenciais de 1996, defendeu que Portugal devia concentrar o seu esforço militar em Angola e não na Bósnia. O candidato socialista à Presidência da República, Jorge Sampaio, defenderia o ponto de vista contrário, argumentando com as obrigações europeias de Portugal. O primeiro governante a afirmar claramente a prioridade da Bósnia em relação a Angola foi o ministro dos Negócios Estrangeiros, J. M. Durão Barroso. Questionado sobre se os interesses portugueses estavam mais em causa na Bósnia ou Angola, respondeu que os interesses portugueses residem sem dúvida alguma «na Europa e na União Europeia». Tornara-se claro para a diplomacia portuguesa que apesar da importância que atribui às relações com o espaço de língua portuguesa, a consolidação da democracia e a resolução dos conflitos na Europa central e balcânica era essencial para o futuro da União Europeia, logo para Portugal.

A questão da participação portuguesa na operação de retirada dos capacetes azuis da Bósnia colocou-se ainda durante o último governo Cavaco Silva. O então ministro da Defesa, A. J. Figueiredo Lopes, afirmou que Portugal estaria disposto a ter «uma participação de solidariedade» numa tal operação. A retirada dos capacetes azuis não chegaria porém a concretizar-se, devido ao fim do cerco de Sarajevo e à derrota dos nacionalistas sérvios na Bósnia, que conduziria aos acordos de Dayton.

Foi o governo socialista de António Guterres, saído das eleições legislativas de Outubro de 1995, que teve de decidir sobre a participação portuguesa na IFOR, e mais tarde na SFOR, para aplicação dos acordos de Dayton. Cortando com uma tradição de oitenta anos, o governo português decidiu o envio de um batalhão da BAI (Brigada Aero-Transportada Independente), com 932 militares. Apesar de existirem sondagens contraditórias, esta decisão tinha apoio significativo dos portugueses. O apoio da opinião pública portuguesa à participação na IFOR manteve-se, com uma pequena flutuação, mesmo quando dois soldados portugueses do contingente morreram, num acidente, a 24 de Janeiro de 1996, passando de 67,7% em Janeiro de 1996 para 61,9% em Fevereiro.

Ter-se optado por um contingente significativo e por uma unidade de combate e não de logística demonstra a vontade de dar visibilidade à participação na IFOR. A decisão do governo foi justificada pela necessidade de assumir plenamente a sua condição de membro da União Europeia e da Aliança Atlântica. Um dos aspectos significativos da posição do governo português é o facto de a intervenção portuguesa não ser vista apenas como um acto de solidariedade para com os aliados, mas, como diria o primeiro ministro António Guterres, «em primeiro lugar, em relação ao povo sacrificado da Bósnia». Portugal estava militarmente na Bósnia porque as questões europeias nos diziam directamente respeito, porque tínhamos a pretensão de ter um papel activo na construção de uma Europa democrática e estável.

Como afirmou António Vitorino, pelo empenhamento na «construção política do espaço natural a que pertencemos – a Europa», apontando três razões para a intervenção: credibilidade, solidariedade e interesse nacional. A intervenção contou com o apoio claro do Presidente da República de então, Mário Soares, e do principal partido da oposição, PSD. O PP, depois de ter mantido uma posição ambígua, acabou por apoiar o envio de tropas, salientando que o fazia porque estava comprovado que não prejudicava a presença militar em África. O PCP, que em toda a crise jugoslava manteve uma posição de apoio a Belgrado, opôs-se à intervenção, considerando «que na Bósnia não se vai defender nada relacionado com o interesse português».

A primeira participação militar portuguesa em solo europeu, desde 1918, foi antecedida pela participação da Marinha na força naval conjunta Nato/UEO para a imposição do embargo no Adriático, a operação «Sharp Guard». Mas o que claramente representou um corte com o passado foi o envio de tropas terrestres, facilitado pelo facto de a operação na Bósnia se desenrolar no quadro da Nato e sob forte liderança americana. Como a generalidade dos restantes contingentes, o português é formado por profissionais e voluntários. Existe a convicção de que as forças intervenientes em operações de manutenção ou imposição da paz não devem incluir soldados do serviço militar obrigatório. Não houve no entanto qualquer dificuldade em encontrar voluntários para a intervenção na Bósnia. Embora o discurso dos governantes e o apoio das forças armadas portuguesas fosse inequívoco, a verdade é que não estava feito o teste de uma operação essencialmente europeia, sob liderança de um ou mais Estados da União. A operação que se seguiu à Bósnia foi a operação «Alba», na Albânia, com participação da Itália, que liderou e continuou maioritariamente, da França e da Espanha, os parceiros dos portugueses na Eurofor. Nem os Estados Unidos nem a Nato participaram, Portugal também não, a não ser simbolicamente. A justificação principal foi a falta de meios. Não ser uma operação da Nato terá certamente contribuído para a posição portuguesa.

As forças armadas portuguesas têm vindo a afirmar a vontade de um maior protagonismo internacional e uma muito maior abertura à política de defesa europeia. No inquérito efectuado junto do contingente que tomou parte na operação militar na Bósnia-Herzegovina, interrogados sobre os motivos que justificam a utilização da força, 80,7% dos oficiais apontam a segurança da União Europeia, 51,3% apenas a segurança dos países africanos de expressão portuguesa. Dos oficiais inquiridos, 96,3% afirmam como apropriadas para as forças armadas as operações militares da UEO (100% as da Nato e 89,2% as das Nações Unidas) que prevejam o uso da força. As posições dos sargentos e praças manifestam-se no mesmo sentido, embora de forma menos expressiva. A europeização da política de defesa tem o apoio, pelo menos, dos militares que tiveram a experiência da IFOR e da SFOR. O inquérito mostra também, entre o contingente, uma clara vocação para as operações de tipo pós-soberano ou pós-moderno, como lhe chamam alguns, como a garantia dos direitos humanos (motivação principal para o uso da força). Os militares portugueses mostram uma clara abertura para a dimensão internacional da sua profissão e para as múltiplas funções que serão chamados a cumprir.

## **Kosovo: o dilema português**

Será que a posição portuguesa em relação ao Kosovo confirmou a europeização da política de defesa portuguesa atestada pelo apoio político e público à intervenção na Bósnia? Bem pelo contrário, a questão do Kosovo veio mostrar a persistência de algumas tendências isolacionistas do passado e como era contraditória a posição da maioria dos portugueses, sobretudo de sectores influentes das suas elites, em relação aos novos desafios da segurança europeia, os do nacionalismo identitário.

A atitude de sectores significativos da elite portuguesa em relação ao Kosovo contrasta fortemente com a atitude em relação à Bósnia que se traduziu num apoio expressivo à participação das forças portuguesas. Nas declarações de oposição à intervenção no Kosovo ressurgiram os velhos fantasmas do não alinhamento e do anti-americanismo. Um número significativo de políticos e comentadores portugueses mobilizou-se em defesa da soberania da Sérvia, não mostrando qualquer tipo de preocupação com os direitos dos kosovares e ainda menos com o perigo que representa o nacionalismo extremo de Milosevic. Esta posição foi acompanhada por um ressurgimento do anti-americanismo primário, que não é, em Portugal, apenas apanágio da esquerda arcaica, a mais activa na defesa da Sérvia, mas também a posição da direita tradicional, na linha da enorme desconfiança que Salazar tinha em relação aos Estados Unidos. Em muitos dos artigos de opinião publicados na imprensa portuguesa contra a intervenção era notória uma visão apocalíptica da guerra na antiga Jugoslávia.

Ela ia ser «o maior fiasco estratégico da responsabilidade de uma grande potência». A Rússia e a China humilhadas e sedentas de vingança, colocavam o mundo mais próximo de uma guerra mundial, não se excluindo sequer a hipótese de Moscovo «passar aos actos». A intervenção poria em causa a paz e a convivência nos Balcãs, para garantir as quais seria «preciso uma Sérvia estável». Como se não fosse exactamente o nacionalismo sérvio e a sua política de limpeza étnica a causa primeira da instabilidade.

A questão de Timor foi argumento utilizado para defender a não intervenção no Kosovo, porque haveria uma dualidade de critérios dos Estados Unidos e seus aliados europeus. Como se o argumento não fosse exactamente o contrário. O precedente do Kosovo em nada prejudicou a mobilização da comunidade internacional em Timor, como se veio a confirmar e compreendeu na altura José Ramos Horta que apoiou a intervenção da Nato. Numa outra perspectiva, o debate «Bósnia ou Angola» reapareceu, em 1999, sob a fórmula «Kosovo, Angola ou Timor». Para o antigo primeiro ministro Cavaco Silva, Portugal deveria usar o argumento extra-europeu «para não envolver forças excessivas naqueles teatros de guerra (Balcãs) porque tem outras zonas de preocupação que se chamam Timor, por um lado, e África por outro».

Segundo uma das sondagens conhecidas, 63,7% dos portugueses era contra a intervenção em Abril (51%, em Junho, segundo outra sondagem). Esta posição é explicável em parte pela enorme divisão que a questão provocou entre as elites portuguesas. Significativa, do ponto de vista não intervencionista na questão do Kosovo, foi a posição de Mário Soares, considerando os bombardeamentos da Sérvia como um «precedente perigoso» por serem feitos à margem das Nações Unidas e lembrando que Milosevic apesar de ser «o que todos sabem», não «deixou de ser o Chefe de Estado – como tal até agora reconhecido – de um país soberano, com assento nas Nações Unidas». A posição de Mário Soares, cujo enorme prestígio lhe advém de ser reconhecido como um combatente pela liberdade, teve certamente influência marcante na opinião pública. Seria Freitas do Amaral, assumindo a sua qualidade de antigo presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, a sintetizar o ponto de vista da corrente «legalista» anti-intervenção, em nome da defesa da Carta das Nações Unidas, considerando que «os vetos russo e chinês ... significavam apenas que ainda não estava maduro e consensualizado o recurso imediato à guerra».

Esta defesa do status quo não é partilhada pelo actual secretário-geral das Nações Unidas, Koffi Annan, que considera que a soberania não pode ser uma muralha para proteger os regimes perpetradores de crimes contra a humanidade. A questão das razões da impotência das Nações Unidas esteve pouco presente no debate sobre a intervenção no Kosovo, nomeadamente entre os que se indignaram com a intervenção em nome da defesa da legalidade internacional. Ora, como é evidente, sem uma reforma democrática da organização, esta ficará paralisada e criará as condições da sua própria marginalização. O primeiro ministro, António Guterres, defendeu uma reforma das Nações Unidas capaz de evitar que um país, através do direito de veto, impeça «acções urgentes», uma vez que, na actual situação, de certo modo, «qualquer limpeza étnica pode ser feita se for levada a cabo por alguém amigo de uma potência com direito de veto nas Nações Unidas».

A questão da defesa da legalidade internacional, condicionada pelo veto russo confundia-se em muitos casos com a defesa da soberania sérvia sem nenhuma discussão sobre como impedir a deportação e o genocídio. Nalguns, poucos, por simpatia pela Sérvia, noutros, em maior número, por preocupação com a

predominância excessiva dos Estados Unidos no sistema internacional do pós-guerra fria. É evidente que se deve diferenciar o europeísmo inconsequente de muitos do anti-americanismo anti-europeu de outros e do anti-americanismo pró-europeu de uns poucos que manifestaram o seu ponto de vista nas colunas dos jornais. Para Eduardo Lourenço, por exemplo, a intervenção no Kosovo foi «o mais duro golpe que o sonho de uma Europa unida sofreu até hoje» . No entanto, em todos, existe uma recusa de que seja essencial para Portugal o futuro dos Balcãs. O desafio que representa o nacionalismo radical (inclusive na sua forma de nacional-comunismo) seria uma questão secundária perante a exigência da defesa da soberania.

O envolvimento no conflito do Kosovo, com uma componente militar diminuta, foi considerado por muitos dos que o apoiaram como o cumprimento das obrigações decorrentes de sermos membros da União Europeia e da Nato, uma obrigação de «solidariedade», em contraste com a posição tomada na Bósnia de afirmação de que Portugal tinha um interesse vital na estabilidade dos Balcãs. Só excepcionalmente foi visto como um contributo para a segurança da União, logo para a nossa. No parlamento, no entanto, só o Partido Comunista Português assumiu claramente uma posição de condenação aberta da intervenção da Nato. O Presidente da República, o Governo e os partidos da oposição que apoiaram a participação portuguesa na operação aliada contra a Sérvia assumiram uma atitude discreta, com algumas exceções, que contrastou com o entusiasmo do debate público. A própria componente militar da participação portuguesa era discreta, três aviões F16, sem missões de ataque, com funções de patrulha e escolta.

O primeiro ministro António Guterres justificou, verdade seja dita, a intervenção, afirmando que «a limpeza étnica é um crime contra a humanidade. E foi para tentar que ela parasse que a Nato interveio» , posição que contou com o apoio de alguns sectores do Partido Socialista. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, colocou em termos claros as condições para pôr termo à ofensiva aérea contra a Sérvia: «a cessação de hostilidades sobre a população civil do Kosovo, a retirada das unidades de polícia e do Exército desse território e o regresso à mesa das negociações com o acatamento dos acordos de Rambouillet» . O presidente do PSD, Durão Barroso, defendeu o direito de ingerência humanitária, não podendo, segundo ele, a comunidade internacional em caso de «limpeza étnica» ficar refém de «um direito internacional paralisado por um Conselho de Segurança que, nesta situação, se revela ineficaz» . A corrente intervencionista em defesa dos direitos do homem foi porém claramente minoritária, quer do ponto de vista de opinião publicada, quer da opinião pública em geral.

Os seus argumentos centraram-se na defesa do princípio da ingerência humanitária e dos valores do associativismo, da democracia e dos direitos do homem contra o nacionalismo extremo. As iniciativas para a criação de uma política europeia de defesa são ainda identificadas por alguns com os interesses específicos das grandes potências europeias, França, Inglaterra e Alemanha, esta última particularmente na questão balcânica. A Nato é identificada com os Estados Unidos e a sua política de predominância. Para tal estado de coisas contribuiu, evidentemente, a fragilidade das iniciativas comuns europeias no domínio da defesa. A defesa não aparece ainda certamente aos olhos dos portugueses como uma política comum pela simples razão de que ainda não o é. O que não significa que não exista apoio público à criação de uma política de defesa europeia. As sondagens que o Eurobarómetro publica regularmente assim o demonstram, com 67,7% dos portugueses favoráveis a uma política de defesa europeia , o que os coloca a meio da tabela europeia. Existe uma dissonância entre a opinião dos portugueses em geral e a opinião publicada. Como existe uma dissonância entre a vontade do governo de fazer participar Portugal na política de defesa europeia e a falta de uma sustentação interna sólida para uma política intervencionista no continente europeu.

Ultrapassar essas dissonâncias requer, para além de medidas de cariz europeu, um grande esforço de informação por parte do governo português, com uma explicação aprofundada das medidas que vai tomando. O debate parlamentar destas questões é, deste ponto de vista, essencial: o Kosovo foi uma ocasião perdida. A informação governamental pecou por escassa e tardia e, apesar de ser o mesmo governo, foi menos consistente que em relação à intervenção na Bósnia. António Guterres reconheceu que «a mensagem não passou» . É evidente que para uma atitude menos incisiva do governo contribuiu o facto de a opinião pública não sustentar a posição do governo e aproximar-se o período eleitoral. Mas é verdade que ficou a convicção de que com uma explicação detalhada e persistente da posição tomada pelo governo de apoiar a intervenção da Nato contra a Sérvia, a opinião pública teria evoluído favoravelmente à intervenção. E mesmo que não tivesse mudado de opinião, teria ficado muito mais esclarecida.

O que mostrou a reacção à intervenção da Nato no Kosovo, que contrasta com a enorme sensibilidade portuguesa às violações dos direitos humanos em Timor, é que muitos portugueses ainda não fizeram

completamente suas as questões da Europa balcânica e os grandes temas da segurança europeia. Nisso foram diferentes dos franceses, dos belgas, dos alemães e mesmo dos ingleses. Tal atitude é, evidentemente, um travão à europeização rápida da política de defesa portuguesa. Mas esta continuará, como tem acontecido até agora, a acompanhar os avanços que tiverem lugar na criação de uma política de defesa europeia. Portugal não participará na criação de uma política de defesa europeia numa posição de vanguarda, muito provavelmente, mas a opção dos principais partidos políticos portugueses não deixa, hoje, dúvidas sobre o rumo que querem imprimir à política externa e de defesa de Portugal. Mas seria um erro menosprezar o indício de falta de convicção europeia que foi a atitude de muitos durante a guerra do Kosovo. Ela obriga os partidos políticos democráticos e pró-europeus a assumirem uma atitude mais consequente na defesa dos valores em que assentou – e assenta – o nosso compromisso europeu.

### **Conclusão**

Um conjunto de factores contribuem para que seja hoje mais provável do que durante a guerra fria a participação das forças armadas portuguesas em conflitos militares. Antes de tudo a mudança de circunstâncias internacionais torna uma guerra mundial absolutamente impossível e os conflitos interestatais, mas sobretudo as crises internas graves mais prováveis. Portugal assume hoje um protagonismo internacional muito maior, decorrente não só da sua qualidade de membro da União Europeia e da Nato, mas também da sua vontade de contribuir para a segurança dos países africanos de língua portuguesa e ter uma participação muito maior no quadro das operações de paz das Nações Unidas.

O debate Angola ou Bósnia sintetizou os dilemas da política de defesa portuguesa, confrontada, no pós-guerra fria, com a necessidade de estar em condições militares de intervir em dois cenários ao mesmo tempo, um europeu e outro extra-europeu, quase exclusivamente nos países de língua portuguesa, em operações de imposição ou manutenção da paz, o que os últimos anos confirmaram.

Portugal precisa de contribuir no quadro da política externa e de defesa da União Europeia e da Nato para a definição de uma doutrina das intervenções humanitárias. Haverá circunstâncias, pouco prováveis no entanto, em que Portugal poderá ter que intervir no quadro de uma coligação não-europeia e deverá definir, também, em que condições o deverá fazer. Num e noutro caso parece claro que algumas condições devem estar reunidas para a intervenção militar, tais como: gravidade do problema, os meios diplomáticos estarem esgotados, os meios de intervenção serem suficientes e os objectivos claros. Entre estes objectivos figurarão certamente a defesa dos direitos do homem, combinada ou não com outros interesses políticos e de segurança.

A complexidade das operações militares neste final de milénio resulta do facto de o cenário mais provável de intervenção não ser a defesa colectiva ou mesmo a interposição num conflito interestatal, mas os conflitos internos. As forças armadas terão que intervir, regra geral, para impor a paz ou travar uma grande violação dos direitos do homem no interior de um Estado soberano. O Kosovo levantou a questão de saber se existe, em Portugal, apoio suficiente para as missões em que não haja acordo das partes. Como esse será tema de futuro, será também, uma questão importante para o debate sobre a política de defesa em Portugal, que a Bósnia não suscitou e o Kosovo não esclareceu.